

Discriminação por decreto

Artigo de Joana Lopes.

«O jovem, ao qual sobra o tempo e os dias escasseiam, faz-se o velho, ao qual sobram os dias e escasseia o tempo.»

Pensei muitas vezes nesta frase de Nuno Brederode Santos nos últimos meses. Os velhos sentiram na pele que lhes sobravam muitos dias vazios e que era escasso o tempo de vida que tinham pela frente, tal foi a insistência com que os mais jovens lhes recordaram que estavam perfilados na linha da frente para deixarem este mundo por causa de um inimigo que os atingiria especialmente. Nem eram as estatísticas dos mortos que mais os impressionavam, mas todas as ordens de “protecção” de que eram alvo e que os empurravam para dentro de casa, que os reduziam a meros espectadores televisivos de uma inesperada tragédia.

Em Portugal, o primeiro choque veio com o decreto do Governo de 18 de Março, que regulou a aplicação do Estado de Emergência. Os velhos com mais de 70 anos foram considerados “cidadãos de risco”, destacados do comum dos mortais e empacotados juntamente com os imuno-deprimidos e os portadores de doenças crónicas, num conjunto de pessoas com liberdade de circulação altamente reduzida. Como se de crianças ou de um conjunto homogéneo de dementes se tratasse, não houve qualquer preocupação em responsabilizá-los pela sua própria protecção, ao mesmo tempo que nada foi feito por aqueles que necessitavam mesmo de ser protegidos – os encerrados em lares –, a não ser quando soaram campanhas de alarme por mortes em cascata (em meados de Maio, estas correspondiam a 40% do total de ocorrências). A cereja em cima do bolo chegou no domingo de Páscoa, com uma entrevista dada pela presidente da Comissão Europeia, na qual que defendeu que os mais velhos deviam permanecer confinados pelo menos até ao fim de 2020!

E qual foi a reacção generalizada da população, com realce para a grande maioria dos familiares dos cidadãos em causa? A aceitação cega da discriminação decretada, apesar das tentativas quase sempre tímidas dos atingidos, o pânico de infectar pais e avós, a chantagem de quem chegou ao ponto de lhes perguntar se

queriam arriscar-se a roubar uma cama de UCI (Unidade de Cuidados Intensivos) a algum dos netos (sim, cheguei a ver isto escrito!). Com a sabedoria que a idade traz, os menos frágeis foram aguentando a afronta e tiraram todo o partido possível do que lhes era permitido, mas foram a excepção: a maioria definhou, aferrolhou-se durante semanas entre quatro paredes, por vezes bem feias e tristes, ficou com medo de tudo e perdeu certamente meses ou mesmo anos de vida - ou, pelo menos, de saúde física e mental.

Felizmente, existiram sempre excepções, sobretudo quando se temeu que a discriminação continuasse para além do Estado de Emergência. Desencadeou-se, então, todo um movimento no espaço público, nas redes sociais e em muitos bastidores e conseguiu-se que a famigerada equiparação a doentes incuráveis não se estendesse à Situação de Calamidade, tendo mesmo o primeiro-ministro reconhecido, na mensagem que dirigiu ao país quando a anunciou, que era a essas reacções que se devia o facto de o novo decreto não incluir qualquer cláusula relacionada com idade. Tivesse sido outro o resultado e tudo estava preparado por alguns para um apelo público à desobediência civil e para a apresentações de queixas à Provedoria de Justiça.

Resumidos os factos recentes, vale a pena sublinhar que o idadismo não nasceu com a chegada desta pandemia, nem vai com ela desaparecer. Embora existam sociedades em que os velhos ainda são considerados importantes pela sabedoria de vida acumulada, há muito que o mundo do *glamour* e do empreendedorismo os relegou para um plano mais do que secundário, para já não falar de uma certa inveja, mais ou menos dissimulada, que “as gerações mais bem preparadas de sempre” têm daqueles que recebem reformas que eles temem nunca vir a ter. Estou a exagerar? De certo modo, como sempre que se generaliza o que quer que seja e foi aquilo que propositadamente fiz aqui. E ficou tanto, mas tanto, por dizer!